



THE IMPLEMENTATION OF MUSIC EDUCATION IN SCHOOLS AND THE ROLE OF THE EDUCATIONAL MANAGER.

A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NAS ESCOLAS E O PAPEL DO GESTOR EDUCACIONAL.

Patrícia Garcia Ribeiro da Silva ¹

Abstract: This article presents a brief overview of Brazilian music education, drawing from its historical context to the current implications with the enactment of Law 11.769 / 08 that places music as curricular content, in this way, it is analyzed as There is the implementation of said law, the professionals who must act and the role of this in the basic school. Therefore, in order for the school to fulfill its role of educating, it is necessary for the school manager to be prepared to assume this role and to have links with the community, working with the community and promoting actions that bring it into the school and Besides possessing educational knowledge and is seeking to become more professional in training courses, not parking but always trying to evolve. This research has as main objective to analyze the practices of musical education and the performance of the managers on the subject; Investigate the conditions and difficulties of the implementation of the law and point out its importance in basic education.

Key words: Musical Education, School Management, Basic Education.

Resumo: Pretende-se neste artigo apresentar um breve panorama sobre a educação musical nas escolas do Brasil, traçando desde seu contexto histórico até as implicações atuais com a promulgação da lei 11.769/08 que coloca a música como conteúdo curricular, desta forma, analisa-se como ocorre a implementação da referida lei, os profissionais que devem atuar e o papel desta na escola básica. Para tanto, para que a escola cumpra o seu papel de educar é necessário que o gestor escolar esteja preparado para assumir essa função e que possua ligações com a comunidade, trabalhando com o coletivo e promovendo ações que tragam-na para dentro da escola e que além disso possua conhecimentos educacionais e esteja procurando se profissionalizar cada vez mais em cursos de capacitação, não estacionando mas sempre procurando evoluir. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar as práticas da Educação musical e a atuação dos gestores sobre o assunto; investigar as condições e dificuldades da implementação da lei e pontuar sua importância na educação básica.

Palavras-chave: Educação Musical, Gestão Escolar, Educação Básica.

¹Artigo apresentado ao Centro de Pós Graduação da Escola Superior da Amazônia para obtenção do título de especialista em Gestão Educacional e Docência do Ensino Superior.

Patrícia Garcia Ribeiro da Silva graduada em Licenciatura Plena em Música pela Universidade do Estado do Pará. E-mail: patriciagr77@gmail.com

1INTRODUÇÃO

A música é uma presença constante no mundo, desde antes do nascimento é possível perceber estímulos sonoros e armazená-los na memória (Ilari, 2003). É bem verdade que toda pessoa tem um ritmo interior, uma identidade sonora, aquilo que a identifica musicalmente, e esta deve ser aproveitada desenvolvendo a capacidade de interagir socialmente (Benenzon,1985).

Aristóteles já dizia:

Pelo ritmo e pela melodia nasce uma grande variedade de sentimentos e que a música pode ajudar na formação do caráter, que se podem distinguir os gêneros musicais por sua repercussão sobre o caráter. Tal gênero, por exemplo, leva à melancolia, tais outros sugerem o desânimo ou domínio de si mesmo, o entusiasmo ou alguma outra disposição já mencionada. ²

A música faz parte de qualquer comunidade, seja por meio da escuta cotidiana até uma vivência mais profunda no tema (Higgins, 2010). Ao se falar de música um leque de oportunidades se apresenta para aplicá-la de forma prática na vida cotidiana.

A música não pode ser entendida sem levarmos em conta a subjetividade, o envolvimento lúdico e a transividade que caracterizam a arte. Ciência e arte compartilham o dinamismo do desenvolvimento, que não é um estado, mas um processo permanente de aprendizagem e busca de equilíbrio e abrange a capacidade de conhecer, conviver, crescer e humanizar-se com as várias dimensões da vida. (Muszkat, 2012, p. 67)

Ao se abordar a linguagem musical, não podemos esquecer a música com fim educativo. Em nosso país, a história da Educação Musical passou por bons e maus momentos, desde a colonização portuguesa até a prática atual nas escolas.

Se encontramos, entre os jesuítas, as bases do vigor metodológico que acompanha o ensino de instrumentos musicais, especialmente nas escolas especializadas, com Villa Lobos temos a valorização dos grandes agrupamentos corais, a serviço da identidade musical brasileira, conquistada pelas pesquisas de campo e transmitida com agilidade às escolas. (Fonterrada, 2008, p. 213-214)

² Disponível em: http://prpaulojunior.blogspot.com.br/2010_09_01_archive.html. Acesso em: 10 de Julho de 2017. (Citação de Aristóteles - apud W. Matt - Le Rock'nRoll, instrument de Revolution et de subversionculturelle - Ed St. Raphael Sherbrooke, Quebec, 1981 pag. 6)

Atualmente com a Lei 11.769/08 um novo olhar se direcionou a música como componente curricular nas escolas. O que a Lei propõe é que essa linguagem tenha um direcionamento dentro da escola, trabalhada como disciplina formadora e como ferramenta de integração entre as outras áreas do conhecimento, buscando formar um ser pensante, crítico, reflexivo e consciente de forma global. Vejamos o que disse Platão³:

A música foi-nos dada por causa da harmonia. E a harmonia, que tem movimentos semelhantes às revoluções da nossa alma, foi-nos dada pelas musas não como uma ajuda para os nossos prazeres irracionais (como agora se crê), mas como uma ajuda para a revolução íntima da alma, quando esta perdeu a sua harmonia e para apoiar a restauração da sua ordem e a reconciliar consigo própria. (Platão, séc. V a.C.)
Toda inovação musical é prenhe de perigos para a cidade inteira... não se podem alterar os modos musicais sem alterar, ao mesmo tempo, as leis fundamentais do Estado. (Platão, República, Livro III)

Voltamos o olhar à escola, pois esta é considerada mediadora e incentivadora do conhecimento, além de permear nossas relações e construções com o mundo desde cedo. O ambiente escolar é propício para o desenvolvimento das artes, e sua relação com o currículo escolar é de grande importância desde que tenha um direcionamento focado na interdisciplinaridade e em metas práticas (Couto & Santos, 2009). Por meio da música também podemos desenvolver a condição intelectual, social, física, psicológica e também espiritual do ser humano.

Cardoso e Sabbatini (2000) afirmam que a música pode constituir um estímulo importante para o desenvolvimento do cérebro da criança. A educação de crianças em um ambiente sensorialmente enriquecedor desde a mais tenra idade pode ter um impacto sobre as capacidades cognitivas e de memória futuras. A presença de cor, música, sensações, variedade de interação com colegas e parentes das mais variadas idades, exercícios corporais e mentais.

É conveniente estimular no ambiente escolar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais dos alunos, para assim, ampliar as possibilidades e aprendizado.

³ Disponível em: <http://terapiacomunica.blogspot.com.br/2010/10/ja-platao-dizia.html> Acesso em: 15 de Julho de 2017.

E de acordo com Silva (2011)

A escola além de um local de ensino é também um local de agência da saúde, que busca um atendimento integral do homem, no seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e espiritual. Porém nossas instituições públicas de educação encontram-se num estado cada vez mais difícil, tanto no que condiz à própria função que a educação deveria exercer em nossa sociedade, quanto à falta de incentivos públicos que pudessem favorecer meios dignos para a execução da prática educacional. (Silva, 2011, p.105)

Neste contexto entra a figura do gestor com papel determinante para o desenvolvimento do ambiente escolar, tendo em vista que existe uma equipe para gerir este estabelecimento, mas é na figura dele que todos serão representados de modo positivo ou não.

Para se ter uma escola de qualidade é necessário o comprometimento do gestor não apenas no âmbito administrativo, mas principalmente no setor pedagógico que é a razão de ser da escola, desta forma, deve-se haver um equilíbrio entre ambos para que venha a ocorrer com êxito o desenvolvimento no ambiente escolar.

A gestão engloba desde o alcance macro com a gestão educacional a nível de união, estados e municípios, como a dimensão micro que vem a ser cada escola individualmente. Sobre este assunto Luck (2009, p. 17) se refere:

Ressalta-se que a gestão educacional, em caráter amplo e abrangente do sistema de ensino, e a gestão escolar, referente à escola, constituem-se em área estrutural de ação em determinação da dinâmica e da qualidade do ensino. Isso porque é pela gestão que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto, coexistência e coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto (Luck, 2009, p. 17)

O sucesso escolar é medido em parte pelo desempenho dos alunos e pela atuação administrativa; é um processo em cadeia, onde um impulsiona o outro. Fala-se muito do gestor, de fato este não é o único agente mobilizador, mas vem a ter destaque por sua função.

Desta forma, é essencial que este acompanhe de perto a realidade da comunidade escolar, usando de meios e recursos para transformar esta realidade, promovendo interação, motivação e comunicação nas relações interpessoais, assim

como deve este ser articulador, um influente negociador, dominar o planejamento e buscar estratégias no exercício da gestão; como afirma Campos (2014).

Cabe ao gestor gerenciar o conhecimento. Na escola isso implica a socialização do conhecimento e da informação junto a parceiros. A eficiência na gestão acumula conhecimentos que devem ser compartilhados com aqueles que fazem a organização (Campos, 2014, p. 75)

Partindo deste ponto observa-se a necessidade de uma intervenção da teoria à prática, afinal a lei 11.769/08 sobre o ensino da música, deveria estar em pleno funcionamento, mas quais dificuldades impedem alguns gestores de aplicá-la? Quem deveria incentivar esta prática? E os profissionais são suficientes e bem qualificados? Estas são perguntas que irão direcionar o estudo.

O objetivo do estudo é analisar as práticas da Educação musical e a atuação dos gestores sobre o assunto; investigar as condições e dificuldades da implementação da lei e pontuar sua importância na educação básica.

O estudo está baseado em uma revisão de literatura e irá abordar assuntos dentro do âmbito da educação musical e da gestão escolar. Para melhor compreensão do tema, iniciaremos com uma breve visão geral no âmbito do ensino da música, abordando também as leis atuais em relação à Educação Musical, o papel dos professores, sua prática na escola e a questão curricular. Trazendo uma reflexão sobre os profissionais que estão envolvidos nesta área. Em seguida, falaremos sobre a atuação, visão e algumas estratégias possíveis à gestão educacional frente ao tema em questão.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO MUSICAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

A Educação Musical sempre existiu desde os primórdios da humanidade (Candé, 2001), pois onde há pessoas, povos, há cultura, e logo há música que representa estes povos. Como afirma Bastian (2009, p.34): “[...] não há, nem na história nem no presente, uma cultura sem música”. E dentro destas comunidades existem transmissões de valores, cultura, de música que não deixa de ser uma

forma de educação, mesmo de maneira informal (pois não havia toda sistematização que conhecemos), era de grande importância.

Candé (2001) também afirma que a música na antiguidade estava diretamente ligada as condições de sobrevivência e enquanto as sociedades se desenvolviam, ela as acompanhava.

Compartilhar fatos sonoro-musicais é uma atividade que faz parte da vida cotidiana do ser humano [...] ao compartilhar músicas as pessoas asseguram um espaço social individual e coletivo; garantem espaços de convivências e participação social, reorganizando-se emocionalmente, reafirmando pautas identitárias e preferências musicais. (Cunha, 2007, p.6)

A música rodeia o mundo (Candé, 2001), as sociedades, desde as mais primitivas que ainda existem até as mais desenvolvidas; todas possuem uma vivência musical, seja por tradição oral ou ensino metódico, sua presença é inquestionável, desde a função (Hummes, 2004) de divertimento até a função de aprendizado 'técnico', ou seja, leitura e interpretação de códigos musicais.

A conduta musical é complexa, uma vez que expressa os diferentes aspectos ou elementos que concernem tanto ao objeto (música), como ao sujeito (homem). Além disso, é heterogênea, pois comporta um constante jogo entre os atributos ou características do objeto e do sujeito. (Gainza, 1998, p. 24)

Fazendo uma abordagem geral da linguagem musical durante a história ocidental, é possível perceber a função da música em cada sociedade distinta; Grécia, considerada o berço da educação musical ocidental; Roma que se baseou nos ensinamentos gregos, mas implantou seus próprios elementos musicais; na Idade Média, nos períodos: Gótico, Renascença, Barroco, Clássico, Romântico, Moderno e Pós-moderno. Em todas as épocas, a educação musical estava presente, atuando e influenciando os indivíduos (Fonterrada, 2008). Vale lembrar o que Vygotsky⁴ (1990, apud Cunha, 2007, p. 4) afirmou: “[...] o ser humano constrói seu imaginário com base nos fatos que encontra e vivencia no decorrer das interações sociais”.

De acordo com o que observamos anteriormente, com o desenvolvimento histórico e social do ser humano foram surgindo as primeiras escolas de música,

⁴VYGOTSKY, Liev Semionovitch. La imaginación y el arte em la infancia. 1990 in CUNHA, Rosemyriam. A vivência social da música. Paraná, 2007, p. 4.

regulamentadas e com caráter profissionalizante, proporcionando o desenvolvimento da Educação Musical e sua sistematização. Podemos citar algumas escolas, como o Conservatório de Paris (1794), The Royal Academy of Music, Inglaterra (1822); o Conservatório Brasileiro de Música (1845), no Rio de Janeiro e o Conservatório Dramático e Musical (1906) em São Paulo (Fonterrada, 2008).

Trazendo o olhar ao Brasil, vamos observar a trajetória musical a partir da colonização e como ocorreu o processo de Educação Musical. Sobre este assunto Gainza (1998) comenta: “[...] em qualquer país civilizado a educação musical é parte da alfabetização e de uma educação integral obrigatória, assim como o aprendizado de idiomas estrangeiros”. Nosso país foi colonizado pelos Portugueses e os primeiros professores foram os jesuítas, mas o objetivo neste momento, não era uma relação de aprendizagem, uma troca; o que observamos era a imposição de valores, princípios, comportamentos, ou seja, cultura, mas neste caso, uma cultura europeia.

O primeiro registro do encontro da música com a Educação no Brasil aconteceu entre 1658 e 1661, quando, pela “Lei das Aldeias Indígenas” foi ordenado o ensino de canto. Este não se restringia somente as músicas religiosas, mas incluía as canções populares como as modinhas portuguesas. (KÁSSIA CARICOL⁵, 2012, p.2)

É certo que o tipo de educação ensinada no país influenciaria o ensino da música, vale lembrar que no período da colonização, a história musical pelo mundo já estava bem desenvolvida, mas em nosso país a preocupação era transmitir a cultura europeia de maneira que todos os colonizados absorvessem sem questionamento.

[...] a educação musical, assim como a educação geral, estava diretamente vinculada à igreja e, portanto, estreitamente ligada às formas e ao repertório europeu, e a preceitos básicos de organização e ordenação de conteúdos [...] o ensino da música se dava pela prática musical e pelo canto. Não havia o conceito de educação musical como o compreendemos hoje. (Fonterrada, 2008, p. 209)

Segundo Fonterrada (2008), houve uma pequena mudança neste contexto, quando a família real veio ao país, (1808) a música passou a fazer parte

⁵ Artigo retirado da publicação A Música na Escola, produzido pelo Ministério da Cultura e Vale, p. 19-39. São Paulo, 2012.

do cenário teatral, não apenas a igreja; o ramo do teatro começou a ser comercializado, pois companhias vinham apresentar óperas e havia uma grande movimentação na cidade.

[...] foi somente em 1854 que se institui oficialmente o ensino de música nas escolas públicas brasileiras, por um decreto que ditava que o ensino deveria se processar em dois níveis: 'noções de música' e 'exercícios de canto' [...] (Fonterrada, 2008, p. 210).

Mais adiante, a autora comenta que logo após a Proclamação da República (1889) outro decreto sobre o ensino de música passou a vigorar, e o teor era a "exigência de formação especializada do professor de música". (Idem)

Neste contexto, Kássia Caricol (2012, p. 2) afirma: "[...] em São Paulo, o canto coral se tornou uma atividade nas escolas públicas da então província, pela Lei nº 81 de 1887". Foi a partir da década de 1920 que novas concepções começaram a tomar forma

Um sopro novo chegava [...] com Mário de Andrade, que defendia, no bojo do movimento modernista, a função social da música e a importância e o valor do folclore e da música popular. A identidade brasileira começava a ganhar espaço entre os educadores musicais. Na mesma época, surgia a figura de Villa Lobos [...], Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral e tantos outros. (Fonterrada, 2008, p. 212)

Novos horizontes se abriram ao ensino musical, o Brasil vivia uma nova fase histórica, grandes nomes influenciaram o desenvolvimento das artes como um todo, em particular, a música. Podemos citar neste momento a influência de Villa Lobos ao instituir o canto orfeônico nas escolas públicas e ao usar músicas folclóricas do país, baseado em Kodály. "Com Villa Lobos vemos a valorização dos grandes agrupamentos corais, a serviço da identidade musical brasileira, conquistada pelas pesquisas de campo e transmitida com agilidade às escolas" (Fonterrada, 2008, p. 213-214). Para entendermos melhor sobre o termo orfeônico, Kássia Caricol comenta.

O canto orfeônico tem suas origens na França no início do século XIX quando era uma atividade obrigatória nas escolas municipais de Paris. O nome foi baseado em Orfeu, deus grego, que era o músico mais talentoso que já viveu (Kássia Caricol, 2012, p. 20).

O projeto Villa-Lobos foi adotado oficialmente no ensino público brasileiro, em todo o território nacional, durante as décadas de 30,40 e 50 foi posteriormente substituído pela educação, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 1961 (Idem).

A Educação Musical substituiu o canto orfeônico, mas o panorama ainda não havia mudado completamente, aos poucos novos professores foram ganhando espaço, baseados nas propostas dos educadores musicais do século XX (Edgar Willems, Orff, Kodály, Dalcroze). Logo que ocorreu esta mudança, o país passou por um período político difícil, a ditadura militar (1964 - 1985), houve muita violência, repressão, ameaças e controle de tudo o que se fazia. Nas artes, não foi diferente, a censura tentou calar as opiniões, mas muitas chegaram a nós; músicas que continham a luta pela liberdade de expressão, pela justiça e contra o exílio.

Muitas reportagens, imagens e músicas foram censuradas, foi neste contexto que alguns compositores usaram a linguagem metafórica de maneira mais acentuada em suas obras musicais, desta forma, expressavam seus ideais e sentimentos de liberdade; várias obras não ficaram isentas, muitas canções foram censuradas por não “condizer com os valores morais da época”, por isso, muitos artistas foram perseguidos em nome da ordem nacional.

Um fato interessante aconteceu em 1964 quando o curso de Educação Musical, em caráter de formação superior foi criado e em 1969 seu nome foi alterado para Licenciatura em Música; o problema é que esta novidade não durou, pois em 1971 o presidente Médici sancionou a Lei de Diretrizes de Bases nº 5.692. Por meio desta, a Educação Musical foi banida dos currículos escolares sendo introduzida a Educação Artística, esta foi a proposta da polivalência⁶, mas a ideia não se firmou, pois o conteúdo predominante foi o ensino das artes plásticas, já que o curso de música foi extinto (Caricol, 2012).

Em 1974 a formação superior em Educação Artística foi instituída e incluída as habilidades específicas em Artes plásticas, cênicas e música. Ainda

⁶Polivalência: palavra que caracteriza o indivíduo que exerce diversas funções; diz respeito a vários domínios ou pode ter vários usos. Disponível em: <http://www.lexico.pt/polivalente> Em nosso caso, o professor de Educação Artística deveria trabalhar diversos conteúdos das artes em geral (cênica, música, pintura etc.)

assim, o ensino de música não foi satisfatório, na verdade, o ensino de artes em geral, pois esta não possuía mais o status de disciplina e sim atividade, na Educação Básica (Fonterrada, 2008).

Somente em 1996 com a Lei nº 9.394 as artes voltaram como componente curricular obrigatório nos níveis da Educação Básica de forma a promover o desenvolvimento da cultura nos alunos. Foi neste contexto que foram criados os PCN (parâmetros curriculares nacionais) e RCN (referencial curricular para educação infantil). Sobre o assunto, Fonterrada (2008) comenta:

De acordo com a lei, o país teria aproximadamente dez anos para adaptar-se à nova ordem e passar integralmente a atuar segundo sua orientação, o que, em termos de organização do ensino em todos os níveis da educação infantil aos cursos superiores [...] (Fonterrada, 2008, p. 228-229).

Um grande passo com esta nova Lei foi o ensino de arte ter se tornado campo de conhecimento um componente no currículo escolar, não apenas uma atividade extra que nem avaliação e notas possuíam. Sabemos que ainda existem muitos pontos a trabalhar, como: questões estruturais nas escolas, formação específica e continuada a professores, plano pedagógico e claro, a demanda de profissionais na área de música.

Por fim, em 2008 foi sancionada a nova LDB nº11. 769 que tornou a música componente curricular obrigatório, mas não exclusivo na Educação Básica. Nesta aprovação, o artigo que defendia a exigência de um professor com formação específica foi vetado.

É certo que no período de ausência da música nas escolas, houve grande influência por parte do mercado musical divulgado pelas mídias, hoje não é diferente, ensinar música deve ser atrativo, criativo, dinâmico, além de o professor saber utilizar algumas tendências musicais de maneira educativa, com o fim no aprendizado. A música das massas “invade” alguns ambientes sociais, é preciso ter um equilíbrio e coerência para abordar tal assunto.

Sobre a questão da música na atualidade, é um desafio pertinente ao educador musical; para este profissional não basta apenas a execução musical para

realizar suas atividades, é necessário uma visão global. Pena (2006, 2007 apud Melo, Barros & Penna, 2012, p. 12) afirma que para este educador,

[...] é necessário construir alternativas pedagógicas e metodológicas capazes de atender às especificidades de diferentes contextos e comunidades com distintas vivências culturais [...] a formação do professor não se esgota apenas no domínio da linguagem musical, sendo indispensável uma perspectiva pedagógica que o prepare para compreender a especificidade de cada contexto educativo e lhe dê recursos para sua atuação docente e para a construção de alternativas metodológicas.

Segundo Souza (2000), o cotidiano em que os alunos estão inseridos é de grande relevância no ensino musical; desta forma o educador pode “estudar” os alunos, planejar atividades, estipular conteúdos e objetivos, para que a aprendizagem ocorra de forma completa, alcançando a todos os envolvidos. “[...] cotidianidade serve como categoria de orientação didática para os professores, com ajuda da qual eles podem transformar a sua aula [...]” (Jusamara, 2000, p. 27, 28).

Atualmente vigora a Lei 11. 769/08 sobre o ensino da música nas escolas, consideramos um avanço, pois todos poderão ter acesso a experiências e vivências musicais dentro da escola. Esta prática já ocorreu no Brasil anos atrás, como vimos no decorrer do texto, hoje volta aos espaços escolares, afinal, “a música é, primariamente, um espaço livre e um campo experimental para a fantasia estético-musical e sociomusical” (Bastian, 2009, p. 47). O autor ainda comenta que a prática da Educação Musical tem grande influência na consciência e personalidade do indivíduo, ele ainda vai além ao afirmar que “[...] uma educação musical expandida é uma garantia segura na profilaxia/metafilaxia⁷ da vivência e da agressão entre crianças e jovens”. (Bastian, 2009, p. 64)

2.2 A IMPORTÂNCIA DO GESTOR ESCOLAR

⁷Profilaxia/Metafilaxia: parte da medicina que trata das medidas para prevenir enfermidades (no caso do texto acima, refere-se à prevenção). (Minidicionário Luft, 2008)

Em tempos atuais onde ocorreu grande transformação na sociedade, desde o pensamento crítico até revoluções tecnológicas, a educação vem sendo vista como um desafio, e colocá-la em prática de maneira eficaz deveria ser o objetivo principal do país.

Assim como a sociedade mudou, a educação/conhecimento também sofreu muitas alterações; métodos ficaram antiquados, novas interpretações surgiram no ensino, diferentes didáticas tiveram seu espaço, houve de certa forma uma flexibilização para que o ensino acompanhasse a realidade do mundo.

E no meio do mundo globalizado com transformações a todo momento, “[...] um dos compromissos da escola, vem a ser o de formar seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter” (Ferreira, 2009, p.103 apud Santos, 2014, p. 18-19).

A escola de hoje não pode ser tratada como a escola de décadas atrás; aqui deveria entrar a participação do poder público, suas medidas e reformas para que a educação desse “um salto” em seu desenvolvimento, mas infelizmente percebemos que não há uma prioridade por parte do governo quando se fala em melhorias na educação.

Sobre este assunto Campos (2014) afirma que “[...] a permanência da criança na escola deve ser garantida pela aprendizagem. Nesse sentido, o desafio para os governadores é assegurar a qualidade da escola”. Estas deveriam ser instrumentos socioculturais para a comunidade em seu entorno. “A educação por si não faz a mudança social, mas é reconhecidamente um dos setores estratégicos para a transformação da sociedade: não se faz uma sociedade para o novo tempo sem formar um novo ser humano” (Campos, 2014, p. 63)

Desta forma faz-se necessário a presença de um administrador para gerir o processo educacional, já que nosso foco aqui é a educação básica, nos referimos a função do diretor/gestor escolar. Entra aqui uma questão pertinente: como ocorre a escolha deste profissional? Até que ponto a escolha do diretor influenciará no processo educacional? Qual seu papel na escola?

No Brasil, não há um padrão fixo, mas são destacadas três modalidades para a escolha dos gestores escolares, a) a livre-indicação; b) a eleição; c) o concurso

público; d) as formas mistas de escolha (Dourado, 2006 apud Dourado & Costa,1998); o fato é que essa escolha define qual andamento terá aquele estabelecimento de ensino.

O que observamos hoje é o modelo de gestão democrática, na qual há um envolvimento da comunidade escolar tanto no planejamento como na execução das metas. Alguns pontos cruciais para esta gestão são:

a) escolha de dirigentes; b) a forma colegiada e descentralizada de administração; c) a relação entre a escola e a comunidade, com a decorrente participação popular; d) a liberdade que é propiciada aos estudantes e professores para a organização de associações e grupos representativos. (Gracindo, 1995, p. 150 apud Dourado, 2006, p. 3)

Sobre a questão da gestão democrática e participativa, Luck (2002) lista seis motivos que defendem esta atuação:

[...] melhora a qualidade pedagógica; currículos concretos, atuais e dentro da realidade; aumenta o profissionalismo docente; evita o isolamento dos diretores e professores; motiva o apoio comunitário às escolas; e, desenvolve objetivos comuns na comunidade escolar (Luck, 2002 apud Honorato, 2013).

Infelizmente vários estados e municípios adotam a eleição por nomeação/indicação que nem sempre tem um resultado favorável, haja vista que em muitos casos encontramos certos privilégios (afinidade, partidatismo político, 'troca de favores') que favorecem alguns profissionais em detrimento de outros. Sobre isso, Paro (1994) apud Dourado (2006)

[...] critica a escolha de diretores por nomeação pura e simples e aponta vantagens e limitações da escolha por concurso público indicando que os processos eletivos de diretores precisam estar articulados com outros processos de seleção, com outros condicionantes institucionais de participação e com outros fatores internos e externos à escola (Paro,1994 apud Dourado, 2006).

O ideal é que a eleição dos gestores escolares não esteja ligada a uma estrutura autoritária, mas que haja um direcionamento de dentro para fora, com o envolvimento de todo o corpo escolar, para assim alcançar a comunidade externa e vida das crianças e jovens (Dourado, 2006). Afinal,

[...] cabe ao gestor gerenciar o conhecimento. Na escola isso implica a socialização do conhecimento e da informação junto a parceiro. A eficiência na gestão acumula conhecimentos que devem ser compartilhados com aqueles que fazem a organização (Campos, 2014, p. 75).

Citamos anteriormente sobre as transformações na sociedade em geral, este ponto implica na educação, pois diretor não deve ser visto como aquele chefe: único, autoritário, inquestionável. Aqui o que se enquadra é uma postura de liderança, algo mais interpessoal, pois o verdadeiro líder, conhece a si mesmo e aos outros, ganhando credibilidade e apoio em suas execuções.

Para Luck (2009) apud Santos (2014) “a escola é uma organização que sempre precisou mostrar resultados. Por isso é necessário a presença de gestores que atuem como líderes, capazes de implementar ações direcionadas para esse foco”.

Este deveria ser o papel principal do gestor escolar: a liderança. Capacidade de unir o todo, descentralizando o “poder” e compartilhando decisões, sendo estas direcionadas em um sentido único comum a todos. Há um diferencial naqueles que agem de tal forma, pois

[...] estimulam os professores e funcionários da escola, pais, alunos e comunidade a utilizarem o seu potencial na promoção de um ambiente escolar positivo e no desenvolvimento de seu próprio potencial, orientado para a aprendizagem e construção do conhecimento, a serem criativos e proativos na resolução de problemas e enfrentamento de dificuldades (Luck, 2000, p. 2)

É fato que em muitas situações o diretor deverá tomar atitudes determinantes e manter o pulso frente a circunstâncias adversas, além de precisar contar com sua equipe integralmente (comunidade escolar), pois ele não deve resolver todas as questões individualmente.

Ainda sobre a atuação do gestor escolar, é sabido que este precisa equilibrar o lado administrativo e principalmente o pedagógico, que é a vida da escola; ser um articulador, pensar sobre a qualidade do ensino, o sistema que estamos inseridos, a exigência do mercado e como todos esses fatores irão influenciar no ensino aprendizagem que é a alma da educação.

“Ora ele é administrador, ora ele é educador, devendo saber desempenhar todos os papéis na busca de proporcionar um ambiente que de fato ofereça uma educação de qualidade para os alunos” (Santos, 2014, p. 39)

Como afirma Campos (2014, p. 82) [...] o engajamento do gestor no cuidado com os alunos, no acompanhamento da aprendizagem, com o entusiasmo dos professores e sua dedicação, isso pode levar a escola à excelência.

Há uma grande tarefa a ser realizada. A figura do gestor escolar precisa dominar o planejamento, ser um bom negociador, ter uma visão estratégica e saber avaliar suas perdas e ganhos.

O objetivo do gestor escolar que almeja um resultado qualitativo do trabalho pedagógico é de promover interação, cooperação, comunicação e motivação, a fim de diversificar e potencializar as relações interpessoais mediante situações mediatizadas, que venham a ressignificar o processo educativo e o sistema educacional (Santos, 2014, p. 16)

Gestão e planejamento caminham juntos, nota-se esta congruência desde a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) até ao acompanhamento das atividades do cotidiano escolar (reuniões pedagógicas, eventos e projetos, saber a realidade dos docentes e o desempenho do alunado como um todo), afinal é também pelo desempenho dos alunos que percebemos a eficiência da equipe administrativa.

Um ponto importante a citar sobre o planejamento, é o fato deste estar em constante mudança, é um processo; definimos e traçamos metas e ações que não são únicas e irrevogáveis, ao contrário, podem estar sujeitas a mudanças no decorrer do processo, pois este processo se movimenta continuamente.

Vasconcellos (2000, p. 79) define com clareza o que vem a ser planejar: “é antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a serem realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa”.

Outro fator determinante na atuação do gestor educacional é a formação continuada; já citamos sobre os avanços da globalização no mundo, desta forma não há como haver uma estagnação da função do diretor, pois de certa forma, ele compete com todas as mudanças que estão ocorrendo mundo afora e seu estabelecimento educacional não pode simplesmente estar isolado.

Sua função também é sempre buscar conhecimento, inovando suas ações, capacitando sua equipe, atualizando seus métodos, ou seja, alguém que está em constante formação. Uma boa formação continuada dos gestores deve ter:

[...] foco na melhoria das aprendizagens do aluno; temas que tenham haver com o dia-a-dia da escola; reuniões periódicas entre gestores e seus pares; currículo que promova debates sobre gestão de pessoas e do espaço escolar e sobre relações humanas entre comunidade interna e externa do ambiente escolar (Urban, Schebel & Maia, 1999 apud Santos 2014).

É de suma importância que o gestor se qualifique constantemente, para que este venha a

[...] atender às novas demandas que vem sendo esboçada pela sociedade e que exigem uma profunda revisão dos processos de formação nos quais a gestão centrada na coordenação, na liderança, na conjugação de esforços e no desenvolvimento do projeto institucional constituem fatores determinantes da melhoria da qualidade de ensino (Catro, 1998 apud Santos, 2014).

Desta forma, observamos que grande parte do desempenho escolar depende da atuação do gestor, claro que este não é o único responsável, mas aquele que estará à frente das questões pertinentes no ambiente escolar.

2.2 EDUCAÇÃO MUSICAL SOB A ÓTICA DA GESTÃO ESCOLAR

Como foi citado anteriormente, por alguns anos as artes em geral, foram eliminadas do currículo escolar e a música não era reconhecida como área do conhecimento; haja vista que esta prática sempre esteve envolvida no desenvolvimento do ser humano, mesmo que inicialmente, de maneira informal.

No decorrer do trabalho, conhecemos algumas leis no país que favoreceram a volta e a oficialização da educação musical na escola e aqui entra uma figura de suma importância que não pode ser esquecida: o professor. Cabe a este o papel de também gerir, mas a nível menor, administrar sua sala de aula. Este não é o foco principal do artigo, mas falaremos brevemente sobre sua atuação.

A docência vem ser um desafio em nossos dias, onde tudo muda constantemente e as inovações na educação também se fazem presentes, portanto o professor precisa ter um olhar sensível, crítico, subjetivo e reflexivo, para que

alcance com êxito seus alunos tanto a nível cognitivo quanto pessoal (formar o ser humano; moldar o caráter).

“A docência é sempre uma ação imperfeita. Isso porque o ser humano também se faz por um projeto, ou seja, está sempre e processualmente se fazendo, sendo continuamente humano” (Campos, 2014, p. 113). A escola vem a ser o principal meio para que haja a troca de informações e conhecimento mediada pela figura do docente.

O docente não deve ser aquele que retém o conhecimento e apenas “deposita” em seus alunos, mas o que faz o diferencial entre teoria e prática, aquele que muitas vezes precisa ressignificar a didática, usando os meios disponíveis para alcançar o alunado, tornando-se um coprodutor do aprendizado.

Em nosso caso o professor precisa ser graduado em Licenciatura Plena em Música, apesar deste artigo da lei 11.769/08 ser vetado⁸, fica impossível desenvolver um bom ensino se o professor não possui o domínio da área musical e pedagógica (requisitos básicos no curso de Licenciatura).

Na formação, seja inicial e ou continuada, o professor necessita ter consciência do objetivo específico da educação musical que é musicalizar. Ou seja, tornar um indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, instrumentalizando com eficácia os processos espontâneos e naturais necessários para que a relação homem-música se estabeleça de uma maneira direta e efetiva (Gonçalves, 2012, p. 5)

Um fato que ocorria era a preferência de grande parte dos profissionais da área por escolas especializadas e conservatórios, tendo em vista, o ambiente favorável ao ensino de música e como afirma Penna (2004), esses ambientes “privilegiam a prática musical por si mesma (muitas vezes descontextualizada de suas funções sociais), tendo correntemente como referência a música erudita e práticas pedagógicas de caráter técnico-profissionalizante”.

Sabe-se que a educação musical vem a ser uma prática discursiva em um campo amplo, onde os sujeitos recebem e interagem de forma sistematizada com os saberes ali propostos (Fernandes, 2009). E cabe aos docentes analisarem a

⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm Acesso: 22 de Agosto de 2017.

realidade em que estão inseridos para assim traçar um método de ensino que venha a ter êxito.

Não se pode deixar de trazer à tona o fato de que a música vai trazendo vivências cotidianas que são relevantes aos alunos e que transcende ao senso comum, são experiências que aumentam a bagagem do indivíduo [...] Sabe-se que a escola é um local de importância na formação de um indivíduo, por isso acredita-se que o ensino da música na escola pública pode favorecer a construção de um sujeito estético (Carvalho e Paula, 2016, p. 7)

Vale destacar que o ensino da música não deve ser considerado um momento de lazer ou apenas uma atividade extraclasse; é bem verdade que o objetivo das aulas de música na escola não é o de formar instrumentistas, compositores, cantores, (é fato que desperta vocações) mas sim levar aos discentes o desenvolvimento da percepção auditiva/rítmica, o reconhecimento de sonoridades, a curiosidade pelos instrumentos, o despertar para estilos musicais, assim como características extras, como: autocontrole, disciplina, coordenação motora, entre outros.

Neste íterim, voltamos a figura do gestor e sua responsabilidade quanto a aplicação do ensino de música; um passo importante é a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola que vem a ser a organização da mesma como um todo, em suas especificidades e modalidades (Gadotti, 2000 apud Woffenbuttel, 2011).

O PPP tem como alguns de seus objetivos o de elevar o desempenho acadêmico dos alunos; melhorar as práticas pedagógicas da escola; melhorar o gerenciamento da escola; assegurar um desempenho de excelência; fortalecer a integração escola-comunidade, entre outros.

A gestão da escola está no sentido micro, pois esta “[...]situa-se no campo da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua esfera de abrangência” (Vieira, 2006 apud Woffenbuttel, 2011).

O diretor pode ser a figura mais importante de uma gestão por ele está atuando como o gestor de toda equipe escolar, mas ele também depende de todo um corpo técnico e administrativo para compor a gestão como um todo, como por exemplo: coordenação pedagógica, supervisão, secretária, serviços gerais e docentes. No cotidiano escolar todos os setores estão de alguma maneira ligada ao gestor (Lima, 2012, p. 1)

“Dirigir uma escola implica conhecer bem seu estado real observar e avaliar constantemente o desenvolvimento do processo de ensino, analisar com objetividade os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem-sucedidas” (Lima, 2012, p. 2). Uma visão sobre todo. É esta uma das principais funções do gestor.

Analisar os problemas em seus múltiplos aspectos, verificar a qualidade das aulas, o cumprimento dos programas, a qualificação e a experiência dos professores, as características socioeconômicas e culturais dos alunos, os resultados do trabalho que a equipe propôs atingir, a adequação entre métodos e procedimentos didáticos entre outras (Lima, 2012, p. 2)

Apesar da lei sobre o ensino de música ser votada, ainda falta muito para que sua implementação seja eficiente nas escolas; muito se cobra do gestor, mas existem questionamentos pertinentes quanto ao tema em questão.

Muitos questionamentos são feitos por parte da gestão escolar quanto ao ensino de música, como exemplo: há espaço e liberdade para aula de música? Qual seu papel na escola? Tem destaque apenas nas festas ou é tratada como área do conhecimento? E a quantidade de professores especialistas é suficiente? Há recursos para adquirir materiais pedagógicos (instrumentos, apostilas, partituras)?

Sobre a questão estrutural, grande partes das escolas não possuem um ambiente adequado para as aulas de música (com os materiais necessários), muitas vezes estas são realizadas na mesma sala onde os alunos estudam diariamente, perdendo assim a dinamização do espaço e sofrendo interrupções com os ruídos extra classe (fato que ocorre constantemente devido à falta de barreira acústica nas salas) (Schmid, 2013).

O gestor precisa ter em mente que este campo do conhecimento é de grande importância para o desenvolvimento das crianças e jovens, e não pode ser visto em segundo plano, como uma recreação no ambiente escolar. Para tanto, o ambiente é o primordial para que o ensino aconteça; seria conveniente que todas as escolas pudessem separar um espaço para que esta aula venha acontecer de forma mais cômoda.

Sobre a quantidade de professores da área, sabemos que ainda não é suficiente para o quantitativo de escolas que existem no país; outro fato já mencionado diz respeito a formação dos mesmos, apesar do artigo ser vetado, não seria conveniente colocar pessoas que não tenham vivência e nem conhecimento da área em questão, pois “[...] existe o perigo deste ensino ser desenvolvido de maneira superficial pela falta de um conhecimento musical mais aprofundado destes professores” (Fernandes, 2009).

O fato é que muitas vezes bacharéis, ou mesmo músicos com as mais variadas formações, atuam como educadores musicais. É o que acontece caso, por exemplo, em projetos sociais envolvendo música [...] Isto parece se basear na (falsa) crença de que não há necessidade de uma preparação específica para a atuação docente que em alguns casos, carrega a lógica de que, para ensinar, basta tocar (Penna, 2007)

A direção escolar precisa ter um olhar sensível na escolha destes profissionais, pois trará benefícios tanto na aprendizagem dos alunos quanto na escola em si; com as práticas musicais que serão desenvolvidas e conseqüentemente expostas no ambiente de ensino, como forma de aproximar a comunidade e demonstrar os conhecimentos adquiridos com o ensino da música.

O gestor ao estar atento pode usufruir de oportunidades para que possa estar a cada dia melhorando a imagem da escola, desenvolvendo programas para a melhoria do desempenho escolar, descobrindo ocasiões especiais para trazer os pais em visita à escola (dia das mães, dia dos pais, páscoa, festa junina, entre outros).

É sabido que mudanças precisam ser feitas para que a educação musical seja praticada com excelência; um trabalho árduo, mas que produzirá resultados surpreendentes. O diretor precisa ter uma visão ampla sobre o assunto e buscar um conhecimento básico sobre a educação musical, para que não venha a cometer erros por falta de instrução.

Efetivar mudanças significativas em educação exige um duplo compromisso de gestores e formadores: o de mobilizar os docentes à discussão de suas práticas e concepções bem como o de mediar a construção de novos saberes. O ensino musical nas escolas é uma das áreas de conhecimento que mais precisa da atenção de toda gestão escolar por possuir uma

maneira de ensino mais complexa que as matérias ditas “normais” como matemática, português entre outras (Lima, 2012, p. 4).

O que percebemos hoje é que para muitos diretores ainda não está claro a função da educação musical na escola e como aplicá-la. De maneira que ainda observamos a música sendo direcionada de forma secundária. É certo que esta também é utilizada como entretenimento, para fins religiosos, civis, e como apoio para outras disciplinas, mas é necessário que a escola, na pessoa do gestor, organize seu plano pedagógico para contemplar o ensino de música, busque profissionais qualificados e invista recursos para que a disciplina seja realizada de forma eficiente.

Estamos em um período de revalorização do ensino da música nas escolas, uma luta que vem ganhando seu espaço, portanto, ainda temos um caminho longo a percorrer até a efetivação unânime da disciplina na educação básica, caminho que vai desde o olhar sensível do poder público a aceitação da sociedade.

Ainda temos um longo caminho a percorrer no que diz respeito ao ensino da música, mas desde já a gestão escolar é vista como uma instância capaz de incentivar o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, envolvendo todas as pessoas que estão em contato com a escola. (Hummes, 2004). Desta forma, a música vai ganhando seu espaço na educação básica, contribuindo para a formação das crianças e adolescentes, melhorando o ambiente escolar e ampliando a visão dos discentes para um campo que ainda há muito o que aprender.

3. METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se de uma pesquisa qualitativa sobre a educação musical e a gestão escolar, este método, possui caráter exploratório, isto é, estimula os respondentes a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Este tipo de pesquisa é utilizado quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. É uma

pesquisa indutiva, isto é, o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados (SANTOS, 2014)

Portanto, para a elaboração deste artigo foi realizada uma revisão de literatura, por meio de leituras diversas que abordaram o tema em questão: educação musical e gestão escolar. Usamos autores como Bastian (2009); Candé (2001); Fonterrada (2008); Caricol (2012); Penna (2012); que defendem a educação musical, apresentando um panorama histórico, sua função social e a atuação no ensino básico. Da mesma forma, consultamos autores como Campos (2014); Dourado (2006); Luck (2002); Santos (2014); que possuem a linha de pesquisa voltada ao campo da gestão educacional, sua atuação, o papel do gestor, o ambiente escolar e suas limitações. Além dos livros citados, também consultamos revistas acadêmicas, sites da internet e periódicos de congressos pertinentes aos temas em debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pesquisa conhecemos mais sobre a educação musical e a gestão educacional, assim como a trajetória histórica, tendências da área, mudanças sofridas, espaços de aplicação, profissionais envolvidos e perspectivas futuras.

No âmbito da educação musical observamos sua presença e evolução no decorrer dos períodos históricos, sendo possível perceber que em todas as épocas a educação musical esteve presente, atuando, influenciando e auxiliando os indivíduos até a atualidade. O trabalho apresentou uma visão geral da educação musical, tendo como foco o Brasil, onde analisamos as primeiras práticas educacionais nesta área, as mudanças ocorridas, melhorias e desafios ainda enfrentados pelos profissionais do campo; tendo em vista que a formação dos professores deve ser repensada e reestruturada, partindo das necessidades e expectativas desses profissionais.

Profissionais estes que saibam trocar com os seus pares e que não se limitem a imitar outros professores. Analisamos a necessidade de formar professores que façam parte de um sistema, que os valorize e lhes forneça os recursos e os apoios necessários à sua formação e desenvolvimento. Professores que não sejam apenas

técnicos, mas, sobretudo, criadores e comprometidos com a educação das crianças para uma nova sociedade.

Refletimos também sobre algumas políticas públicas que desfavoreceram e outras que contribuíram para o avanço do ensino de música no país. Hoje, podemos situar este campo em um processo de construção entre sujeitos, contextos históricos, sociais, culturais que sempre esteve interligado na vida cotidiana, seja com atividades de lazer, meios de comunicação, no trabalho, em espaços escolares e etc.

E sobre este assunto, analisamos a figura do gestor/diretor escolar, suas funções e como este pode fazer a diferença no ambiente escolar. Sendo necessário destacar que um dos grandes desafios postos no gerenciamento das escolas, refere-se à busca de uma educação de qualidade, em que uma equipe gestora comprometida e qualificada torna-se fundamental para garantir a qualidade das aprendizagens. O gestor educacional tem uma árdua tarefa de buscar o equilíbrio entre os aspectos pedagógicos e administrativos, com a percepção que o primeiro se constitui com essencial e deve privilegiar a qualidade, por interferir diretamente no resultado da formação dos alunos e o segundo deve dar condições necessárias para o desenvolvimento pedagógico.

Citamos a atuação do gestor como a figura de um líder; para tal, torna-se necessário que exista uma comunicação também eficaz entre os líderes e os seus liderados, criando um ambiente útil de confiança e de interação, da busca pelas realizações de todos, tendo o aluno como norte de todo o trabalho desenvolvido.

O diretor deve possuir uma visão do futuro e partir para a sua conquista junto com todos os seus seguidores. Para tal cumprimento, influencia a sua comunidade e a incentiva para o desenvolvimento de um futuro melhor, ultrapassando obstáculos interpostos no caminho em conjunto, obtendo o sucesso e alcançando as grandes metas e objetivos que foram estipuladas por todos, dentro de um ambiente de harmonia e participação. Em suma e repetindo: liderar é ensinar, mas também é aprender, é participar, é compartilhar.

Nesse sentido, a música na Educação Básica pode ser pensada em uma perspectiva de potencialização do ambiente escolar. Ao elaborarem seus projetos

político pedagógicos, as escolas podem organizar os tempos e espaços em que as atividades musicais serão desenvolvidas, quer seja nos espaços curriculares e extracurriculares.

Entretanto, o mais importante, é que possamos compreender, nessas mudanças, que “os currículos são invenções sociais”, e que, embora sejam, muitas vezes, impostos por lei e estruturados em propostas curriculares, precisam ser repensados e ressignificados pela comunidade escolar e/ou pela instituição formadora, assim como por seus professores e alunos.

Como citado no artigo, as possibilidades da lei 11.769/08 ainda são limitadas, desta forma os gestores precisam adequar os currículos para que novos espaços sejam criados, pois a iniciação musical é de grande importância ao desenvolvimento da criança e deveria ser introduzida juntamente com a alfabetização, afinal esta também é uma linguagem e precisa ser desenvolvida em seu tempo.

E com o avanço da tecnologia, os gestores precisam estar atentos para estes novos recursos tecnológicos levados à escola que também possibilitam ampliar o horizonte musical dos estudantes para que possam descobrir suas preferências de forma crítica e objetiva, de modo a se tornarem ouvintes sensíveis, intérpretes, amadores talentosos em fim sujeitos esteticamente belos dentro da sociedade. Para a inclusão do ensino da música é preciso refletir, informar e agir sempre.

O processo é constante, o trabalho árduo, muito se conquistou nestes anos de trajetória do ensino musical no Brasil, mas ainda temos desafios pertinentes que dizem respeito tanto a gestão escolar quanto o papel da música neste ambiente.

REFERÊNCIAS

Bastian, H. G. (2009). *Música na escola: a contribuição do ensino da música no aprendizado e no convívio social da criança*. Trad. Paulo F. Valério., São Paulo, SP: Paulinas.

Benenson, R. (1985). *Manual de musicoterapia*. Trad. Clementina Nastari., Rio de Janeiro, RJ: Enelivros.

Campos, C. M. (2014). *Gestão escolar e docência*. (4a ed.) São Paulo, SP: Paulinas.

- Candé, R. (2001). História universal da Música. Trad. Eduardo Brandão. (2a ed.) São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Caricol, K. (2012). Panorama do ensino musical. Artigo retirado da publicação A Música na Escola, São Paulo, SP: Ministério da Cultura e Vale.
- Couto, A. C. N. & Santos, I. R. S. (2009). Por que vamos ensinar música na escola? Reflexões sobre conceitos, funções e valores da educação musical escolar. *Opus*, 15(1), 110-125.
- Cunha, R. (2007). A vivência social da música. III Simpósio de música, anais... Faculdade de Artes do Paraná, Curitiba, PR.
- Dourado, L. F. (2006). A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. (5a ed.), São Paulo, SP: Cortez.
- Fernandes, I. M. B. A. (2009). Música na escola: desafios e perspectivas na formação contínua de educadores da rede pública. Tese de doutorado. São Paulo, SP.
- Fonterrada, M. (2008). De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo, SP: Unesp.
- Gainza, V. H. (1998). Estudos de psicopedagogia musical. São Paulo, SP: Summus.
- Gonçalves, R. M. (2012). A formação de professores de música para a educação básica. Universidade católica de Santos. São Paulo, SP.
- Higgins, L. (2010). Representação de prática: música na comunidade e pesquisa baseada nas artes. *Revista da ABEM*, 23(7-14).
- Honorato, H. G. (2013). O gestor escolar e suas competências: a liderança em discussão. Comunicação oral. Curitiba, PR.
- Hummes, J. M. (2004). Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. *Revista da ABEM*, 11(17-25).
- Luck, H. (2009). Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba, PR: Positivo.
- Muzskat, M. (2012). Música, neurociência e desenvolvimento humano. Retirado da publicação: A Música na Escola. São Paulo, SP: Ministério da Cultura e Vale.
- Oliveira, F. A. (2005). Materiais didáticos nas aulas de música: um survey com professores da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Dissertação de mestrado.

Paula, M. M. C. (2016). A política e a gestão do ensino da música na escola pública em Pernambuco: uma análise na construção de um sujeito estético.

Penna, M. (2007). A formação inicial do professor de música: por que uma licenciatura? Universidade Estadual da Paraíba.

Penna, M., Barros, O. & Melo, M. (2012). Educação musical com função social: qualquer prática vale?. *Revista da ABEM*, 20(27),65-78.

Santos, G. A. X. (2014). Importância do gestor escolar na qualidade do ensino ofertado. Monografia de especialização. Brasília, DF.

Silva, R. R. (2013). Gestão de sala de aula na educação musical escolar. *Revista da ABEM*, 21(31), 63-76.

Silva, I. J. (2011). A gestão do ensino da música na educação básica: um estudo de caso. Monografia de especialização. Porto Alegre, RS.

Souza, J. (2000). Música, cotidiano e educação. Porto Alegre, RS.

Schimid, A. L. (2013). Espaços para aprender e ensinar música: construção e adequação. Belém, PA.

Viana, E. (2016). A Linguagem musical na educação infantil: reflexões e possibilidades. Dissertação de mestrado. São Paulo, SP.

Wolffenbuttel, C. R. (2011). Educação musical, projeto político pedagógico e construção democrática: possibilidades da música na Educação Básica. Rio Grande do Sul.